



**CENTRO
SOCIAL
PAROQUIAL
RAIMONDA**

**Anexo às Demonstrações
Financeiras**

Em 31 de Dezembro de 2022

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	8
5	Activos Fixos Tangíveis.....	8
6	Ativos em curso.....	9
7	Locações.....	9
8	Custos de Empréstimos Obtidos	9
9	Inventários	10
10	Rédito	10
11	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes.....	10
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	10
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio.....	11
14	Imposto sobre o Rendimento	11
15	Benefícios dos empregados	11
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	11
17	Outras Informações	11
17.1	Investimentos Financeiros	12
17.2	Clientes e Utentes	12
17.3	Caixa e Depósitos Bancários	12
17.4	Fundos Patrimoniais	12
17.5	Estado e Outros Entes Públicos	12
17.6	Fornecimento e Serviços Externos.....	12
17.7	Acontecimentos após data de Balanço.....	13

1 Identificação da Entidade

O Centro Social Paroquial de Raimonda é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), registada sob o nº 17/90, a fls. 68 e 68v, do Livro nº 4 das Fundações de Solidariedade Social em 26 de Setembro de 1989, tendo como finalidade principal, a acção social através das seguintes valências: Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Convívio. Poderá ainda exercer, secundariamente, outras actividades culturais, recreativas, de assistência e de saúde, bem como celebrar acordos de cooperação com entidades oficiais e particulares na execução das suas actividades.

A sede do Centro Social Paroquial de Raimonda situa-se na Avenida do Centro Cívico nº29, freguesia de Raimonda, concelho de Paços de Ferreira.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As presentes Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março, o qual integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho com as alterações resultantes do Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é regulado por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso nº 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI) – Aviso nº 8259/2015 de 29 de Julho;
- Estrutura Conceptual – Aviso nº 8254/2015 de 29 de julho;

As Demonstrações Financeiras de 2022 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Instituição na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Instituição continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Instituição, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Instituição e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

Ainda que a Instituição tenha adotado o SNC-ESNL pela primeira vez em 2012, as Demonstrações Financeiras permite a comparação de todas as quantias com respeito ao período anterior.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Activos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Instituição espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Instituição a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Instituição tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	Entre 20 e 50 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento básico	Entre 4 e 10 anos
Equipamento administrativo	Entre 4 e 10 anos

A Instituição revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

Só após o início da utilização dos activos qualificados como investimentos em curso é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Activos fixos tangíveis em curso" até à conclusão da construção ou promoção do activo.

3.2.2 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. São reconhecidas perdas por imparidade nos casos em que o custo seja superior ao valor estimado de recuperação.

A Instituição adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os Inventários que a Instituição detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão directamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros classificam-se conforme se discrimina a seguir e a sua mensuração depende da categoria respectiva:

Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares originárias de fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no

final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela Instituição estão registados no activo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se reconhecidas pelo seu valor nominal, deduzidas de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflectam o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são reconhecidas quando há informação objetiva da incobrabilidade da dívida ou probabilidade remota da sua recuperação.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos à ordem, e depósitos a curto prazo sem risco significativo de flutuações de valor variando entre 90 e 180 dias, sendo os juros creditados na conta de depósitos à ordem na data de vencimento.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Instituição ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada Instituição estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Instituição analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Instituição reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Instituição reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

Esta Instituição é uma entidade sem fins lucrativos, com reconhecimento de isenção de IRC nos termos da al. b) o n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC)

Estão registadas as contribuições obrigatórias a pagar à segurança social, as retenções na fonte de IRS.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Activos Fixos Tangíveis

Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram as seguintes:

2022		Activos Fixos Tangíveis				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Rubricas						
Edifícios e outras construções	1.149.308,84					
Equipamento básico	119.689,01					
Equipamento de transporte	72.997,96					
Equipamento administrativo	47.443,69					
Total	1.348.548,50	0.00	0.00	0.00	0.00	1.389.439,50
Ativos em curso *						
Projeto ERPI	46.264,89					46.264,89
Projeto CRECHE	16.655,00	6.411,25				23.066,25
Total	62.916,89					69.331,14

2022		Depreciações		
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Rubricas				
Edifícios e outras construções	296212,23	33609,32		329.821,95
Equipamento básico	106747,16	13.783,58		120.530,74
Equipamento de transporte	56181,38	0		56.181,38
Equipamento administrativo	36390,65	1.116,02		37506,67
Total	495.531,42	48.509,32	0.00	544.040,74

2022			
	Activos fixos tangíveis	Depreciações	Valor final dos activos
Resumo	1.389.439,50	544.040,74	845.398,76

6 Ativos em curso

*Edificação de uma ERPI. Fase: Projeto de arquitetura e projeto de especialidades com licença de alvará de construção emitido pelo Município de Paços de Ferreira.

Edificação de CRECHE. Fase: Projeto para obras de adaptação nas instalações do antigo edifício do Jardim de Infância da freguesia.

7 Locações

A Instituição não detém nenhum activo adquirido com recurso à locação financeira.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. No período de 2022 os Empréstimos obtidos não tiveram associado nenhum custo. Os empréstimos obtidos são provenientes de doadores/associados/membros/outros utentes, que não têm o intuito de cobrar quaisquer juros, nem obter qualquer tipo de rendimentos, nem outra contrapartida pela cedência temporária dos montantes ao dispor da Instituição

9 Inventários

[Handwritten signatures and initials]

Descrição	2021				2022		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3.699,20	70.610,80	0,00	1.806,19	85.281,81		1.298,52
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	3.699,20	70.618,80	0,00	1.806,19	85.281,81	26.472,35	1.298,52
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				88.559,68			
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

10 Rédito

Para os períodos de 2022, 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021	2020
Prestação de Serviços			
Mensalidades de utilizadores	157.224,17	124.252,82	108.766,30
Comparticipações e subsídios à exploração	263.560,18	259.280,54	252.818,29
Donativos em espécie	12.857,57	39.272,73	29.156,28
Venda de ativos não correntes			
Venda de energia e outros	830,14	978,04	2.300,92
Donativos	4870,89	3.313,39	4.591,55
Total	439.342,95	427.097,52	397.633,34

11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

No período de 2022, não ocorreram factos que resultassem no reconhecimento de provisões nem passivos/activos contingentes.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2022, 2021 e 2020, a Instituição tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2022	2021	2020
Subsídios do Governo			
Para Investimento	25.000,00	0,00	2.777,60
Apoios do Governo			
Para a exploração	268431,07	259.280,54	252.818,29
Total	293.431,07	259.280,54	255.595,89

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Em 31/12/2022 as alterações das taxas de câmbio não tiveram qualquer efeito

14 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 0,00€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Descrição	2022
IRC Liquidado	0.00
Tributação Autónoma	0.00
Total	0.00

15 Benefícios dos empregados

Os órgãos directivos não usufruem de quaisquer remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Instituição em foi de 16.

Os gastos que a Instituição incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021	2020
Remunerações aos órgãos sociais			
Remunerações ao pessoal	159.617,64	134.059,06	111.529,36
Benefícios Pós-Emprego			
Indemnizações			
Encargos sobre as Remunerações	32.417,62	21.672,79	23.012,81
Seguros de Acid. Trabalho e Sub Alimentação e outros gastos com o pessoal	19.409,97	29.063,99	17.621,53
Total	211.445,23	184.795,84	152.163,70

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

No período de 2022 a Instituição não detinha qualquer investimento financeiro.

17.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2022, 2021 e 2020 e a rubrica "Clientes" encontra-se com os seguintes valores:

Descrição	2022	2021	2020
Utentes	16.847,26	15.925,04	13.367,26
Total	16.847,26	15.925,04	13.367,26

No período de 2022 não foram registadas "Perdas por Imparidade".

17.3 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2022 apresenta o seguinte saldo:

Descrição	2022
Caixa	757,41
Depósitos à ordem	551.048,32
Depósitos a prazo	300.000,00
Total	851.805,73

17.4 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	1.651,63	0,00	0,00	1.651,63
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	1.056.740,57	8.011,30	0,00	1.063.799,25
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	422.308,60	0,00	19.360,54	428.543,25
Subsídios	336.424,77	0,00	18.170,16	318.254,61
Doações	85.883,83	0,00	595,19	85.288,64
Total	1.480.700,80	0,00	19.360,54	1493.994,13

17.5 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021	2020
Ativo			
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)			
Imposto sobre o Valor Acrescentado (restituição de IVA)	1893,77	3.233,92	3.712,25
Outros Impostos e Taxas	3088,30	3.088,30	3.088,30

	Total	4982,07	6.322,22	6.800,55
Passivo				
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)				
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)				
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)		453,00	944,02	1.375,52
Segurança Social		3.121,21	3.017,69	4.258,57
Outros Impostos e Taxas				
Total		3.574,21	3.961,71	5.634,09

17.6 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Subcontratos		0,00
Serviços especializados	34.710,60	19.457,25
Materiais	5.103,25	7.218,03
Energia e fluidos	39.262,03	55.605,95
Deslocações, estadas e transportes		43,00
Serviços diversos	10.531,23	11.063,82
Total	90.157,11	93.388,05

17.7 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2022 foram aprovadas pela Direção em 30 de março de 2023.

A Direção

Manuel Luís Leão Pacheco de Brito

Serafim dos Santos Nunes

Joaquim Jorge Pinto do Couto

António dos Santos Martins

Fernando Agostinho Neto Solís

O Contabilista Certificado

Ricardo António Nunes Mendonça

CC 85605